

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.563, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre concursos públicos para provimento de cargo de docente de instituição pública de educação superior.

Autor: Deputado VENEZIANO VITAL DO RÊGO

Relator: Deputado DANIEL VILELA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.563, de 2015, de autoria do eminente Deputado Veneziano Vital do Rêgo, tem por objetivo alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre concursos públicos para provimento de cargo de docente de instituição pública de educação superior.

Por despacho da Presidência, a proposição em análise foi distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e à Comissão de Educação (CE), para pronunciarem-se sobre o mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa.

A matéria tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto na CTASP.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante as disposições regimentais, cabe a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público apreciar a proposição em questão quanto ao mérito.

Na sua justificação, o autor cita denúncia publicada na rede mundial de computadores informando que muitos concursos objetivando selecionar professores universitários para as instituições públicas de ensino superior são direcionados para favorecer determinados candidatos, em nítida afronta ao princípio da impessoalidade.

Com o objetivo de resolver esse problema, propõe-se a fixação dos seguintes procedimentos básicos, que deverão ser observados nos certames para seleção de professores das universidades públicas:

“I - as inscrições serão feitas, exclusivamente, perante o órgão competente da administração central da instituição;

II – todas as provas serão elaboradas e avaliadas pela banca examinadora, composta por um representante do Ministério da Educação e por professores da mesma área de conhecimento, porém de instituições públicas diferentes daquela que esteja promovendo o concurso;

III - nas provas teóricas, a banca examinadora somente terá acesso ao número de identificação de cada candidato, de modo a manter sua identidade sob sigilo;

IV – os concursos contarão, obrigatoriamente, com prova prática, de caráter exclusivamente eliminatório, que consistirá na apresentação de uma aula, perante a banca examinadora, para fins de comprovação de aptidão didática.”

De fato, a insuficiência de balizas legais permite que as instituições públicas de ensino superior adotem critérios de seleção comportando elevado grau de discricionariedade, como, por exemplo, atribuir peso excessivo à prova prática (em relação à avaliação teórica) ou a correção tendenciosa de testes escritos discursivos.

Esse déficit de objetividade na avaliação dos candidatos ao cargo de docente das universidades públicas pode ser utilizado, dissimuladamente, para favorecer concorrentes da preferência dos membros que compõem a banca julgadora, quase sempre titulares de cargos na instituição de ensino responsável pelo certame.

Diante do quadro apontado, resta óbvia a aptidão do projeto de lei em epígrafe para conferir maior lisura a tais processos seletivos, haja vista que se presta a suprir a insuficiência normativa atual, prevendo regras e procedimentos mais objetivos em autêntica concretização do princípio da impessoalidade, tais como banca examinadora composta por docentes de outras instituições, sigilo da identidade do candidato quando da avaliação das provas teóricas (que deverão constar apenas o número de identificação) e prova prática de caráter exclusivamente eliminatório.

A par disso, após ouvir as pertinentes ponderações procedidas pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação - SESu, entendi necessário promover, por meio de um Substitutivo, alguns ajustes no Projeto.

A previsão de um representante do Ministério da Educação em cada banca examinadora de concurso público para docente, em que pese seus méritos, na prática, segundo a SESu, é materialmente impossível, pois não haveria servidores suficientes para compor todas as bancas que se formam.

Também se revelou importante dar caráter de lei ordinária para alguns dispositivos que atualmente se encontram regulados por meio de decreto.

Em face do exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.563, de 2015, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DANIEL VILELA
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.563, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para dispor sobre concursos públicos para provimento de cargo de docente de instituição pública de educação superior.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 67.....

.....

§ 4º Os concursos públicos para provimento de cargo de docente de instituição pública de educação superior observarão o seguinte:

I - as inscrições serão feitas, exclusivamente, perante o órgão competente da administração central da instituição;

II – todas as provas serão elaboradas e avaliadas pela banca examinadora, composta por professores da mesma área de conhecimento, porém de instituições públicas diferentes daquela que esteja promovendo o concurso;

III - nas provas teóricas, a banca examinadora somente terá acesso ao número de identificação de cada candidato, de modo a manter sua identidade sob sigilo;

IV – os concursos contarão obrigatoriamente com prova prática, de caráter exclusivamente eliminatório, que consistirá na apresentação de uma aula perante a banca examinadora, para fins de comprovação de aptidão didática.” (NR)

“Art. 67-A. O concurso público a que se refere o § 4º do art. 67 será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuser o regulamento do respectivo plano de carreira.

§ 1º Quando houver prova de títulos, a apresentação

destes deverá ocorrer em data a ser estabelecida no edital, sempre posterior à da inscrição no concurso.

§ 2º A prova de títulos deverá ser realizada como etapa posterior à prova escrita e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados nas etapas anteriores ou que tiverem inscrição aceita no certame.

§ 3º Havendo prova oral ou defesa de memorial, esta deverá ser realizada em sessão pública e gravada para efeito de registro e avaliação.

§ 4º A realização de provas de aptidão física exige a indicação no edital do tipo de prova, das técnicas admitidas e do desempenho mínimo para classificação.

§ 5º No caso das provas de conhecimentos práticos específicos, deverá haver indicação dos instrumentos, aparelhos ou das técnicas a serem utilizadas, bem como da metodologia de aferição para avaliação dos candidatos.

§ 6º É admitido, observados os critérios estabelecidos no edital de abertura do concurso, o condicionamento da aprovação em determinada etapa à, simultaneamente, obtenção de nota mínima e obtenção de classificação mínima na etapa.

§ 7º No caso da realização do concurso em duas etapas, a segunda será constituída de curso ou programa de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

§ 8º Quando o número de candidatos matriculados para a segunda etapa ensejar a formação de mais de uma turma, com início em datas diferentes, o resultado será divulgado por grupo, ao término de cada turma, e o prazo de validade do concurso será contado a partir da data de homologação do resultado da última turma.”

“Art. 67-B. A realização de avaliação psicológica está condicionada à existência de previsão legal específica e deverá estar prevista no edital.

§ 1º A avaliação psicológica será realizada após a aplicação das provas escritas, orais e de aptidão física, quando houver.

§ 2º Os requisitos psicológicos para o desempenho no cargo deverão ser estabelecidos previamente, por meio de estudo científico das atribuições e responsabilidades dos cargos, descrição detalhada das atividades e tarefas, identificação dos conhecimentos, habilidades e características pessoais necessários para sua execução e identificação de características restritivas ou impeditivas para o cargo.

§ 3º A avaliação psicológica deverá ser realizada mediante o uso de instrumentos de avaliação psicológica,

capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

§ 4º O edital especificará os requisitos psicológicos que serão aferidos na avaliação.

§ 5º O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado, exclusivamente, como “apto” ou “inapto”.

§ 6º Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos poderão obter cópia de todo o processado envolvendo sua avaliação, independentemente de requerimento específico e ainda que o candidato tenha sido considerado apto.

§ 7º Os prazos e a forma de interposição de recurso acerca do resultado da avaliação psicológica serão definidos pelo edital do concurso.”

“Art. 67-C. O valor cobrado a título de inscrição no concurso público será fixado em edital, levando-se em consideração os custos estimados indispensáveis para a sua realização, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.”

“Art. 67-D. O órgão ou entidade responsável pela realização do concurso público homologará e publicará no Diário Oficial da União a relação dos candidatos aprovados no certame por ordem de classificação.”

“Art. 67-E. O edital do concurso público será:

I - publicado integralmente, no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de sessenta dias da realização da primeira prova; e

II - divulgado no sitio oficial do órgão ou entidade responsável pela realização do concurso público e da instituição que executará o certame, logo após a sua publicação.

§ 1º A alteração de qualquer dispositivo do edital deverá ser publicada no Diário Oficial da União e divulgada na forma do disposto no inciso II.

§ 2º O prazo de que trata o inciso I poderá ser reduzido mediante ato motivado do titular do órgão sob cuja subordinação ou supervisão se encontrar o órgão ou entidade responsável pela realização do concurso público.”

“Art. 67-F. Deverão constar do edital de abertura de inscrições, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação da instituição realizadora do certame e do órgão ou entidade que o promove;

II - menção ao ato ministerial que autorizar a realização do concurso público, quando for o caso;

III - número de cargos ou empregos públicos a serem providos;

IV - quantitativo de cargos ou empregos reservados às pessoas com deficiência e critérios para sua admissão;

V - denominação do cargo ou emprego público, a classe de ingresso e a remuneração inicial, discriminando-se as parcelas que a compõem;

VI - lei de criação do cargo, emprego público ou carreira e seus regulamentos;

VII - descrição das atribuições do cargo ou emprego público;

VIII - indicação do nível de escolaridade exigido para a posse no cargo ou emprego;

IX - indicação precisa dos locais, horários e procedimentos de inscrição, bem como das formalidades para sua confirmação;

X - valor da taxa de inscrição e hipóteses de isenção;

XI - orientações para a apresentação do requerimento de isenção da taxa de inscrição, conforme legislação aplicável;

XII - indicação da documentação a ser apresentada no ato de inscrição e quando da realização das provas, bem como do material de uso não permitido nesta fase;

XIII - enunciação das disciplinas das provas;

XIV - indicação das datas de realização das provas;

XV - número de etapas do concurso público, com indicação das respectivas fases, seu caráter eliminatório ou classificatório, e indicativo sobre a existência e condições do curso de formação, se for o caso;

XVI - informação de que haverá gravação em caso de prova oral ou defesa de memorial;

XVII - explicitação detalhada da metodologia para classificação no concurso público;

XVIII - fixação do prazo de validade do concurso e da possibilidade de sua prorrogação; e

XIX - disposições sobre o processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento do resultado de recursos.

Parágrafo único. A escolaridade mínima e a experiência profissional, quando exigidas, deverão ser comprovadas no ato de posse no cargo, vedada a exigência de comprovação no ato

de inscrição no concurso público.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DANIEL VILELA
Relator